

COP 30

ALEXANDRA OZORIO DE ALMEIDA — diretora de redação

Por exigir decisões consensuais, as conferências das partes (COP) da ONU sobre as mudanças climáticas costumam ser de muita conversa e negociação. A cada ano é sediada em uma cidade, o que traz uma cor local ao diálogo (como interpretada pelo ilustrador Gidalti Jr. na capa desta edição). Com uma pauta urgente e complexa, a COP30 chega a Belém em busca de metas mais ambiciosas de redução das emissões de gases de efeito estufa. Outro desafio é a ampliação dos recursos destinados ao chamado financiamento climático, para custear a transição energética ao baixo carbono e adaptar os países aos efeitos do aquecimento global (*página 12*).

Essa é a primeira COP no Brasil, mas o país sediou a Rio92, um marco das reuniões internacionais sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável (*página 18*). Uma de suas deliberações foi o estabelecimento de um tratado multilateral, a convenção do clima da ONU, da qual a COP é a principal reunião anual. A primeira edição ocorreria três anos depois, em Berlim.

Assegurar mais financiamento no contexto geopolítico atual, em que países ricos estão voltados para si, não é fácil, avalia a geógrafa paraense Ane Alencar (*página 20*). Tida por muitos como uma pauta ideológica, a polarização da questão ambiental também dificulta a missão. “Para uma parte da sociedade, esses temas não são vistos como questões a serem resolvidas”, afirma a diretora de ciência do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), ONG fundada há 30 anos em Belém.

A climatologista Nana Klutse, de Gana, que esteve no Brasil para a 17ª Conferência Geral da Academia Mundial de Ciências (TWAS), reforça a necessidade de colaboração entre as nações. “Temos um único planeta e a atividade de cada país afeta os demais” (*página 32*).

A ciência trouxe os dados que fundamentaram a construção dos consensos já alcançados nas COP, e cientistas seguem produzindo conhecimento relevante em inúmeras frentes dessa ampla temática. Um exemplo, nesta edição, é a constatação de que as árvores na região amazônica estão maiores, tendo crescido em média 3,3% por década nos últimos 30 anos. Essa descoberta torna ainda mais imprescindível o serviço ecossistêmico que prestam, armazenando carbono (*página 26*).

Muito conhecimento novo deve resultar de 22 expedições científicas financiadas pela iniciativa Amazônia+10, uma articulação entre as fundações de amparo à pesquisa dos nove estados da região mais a FAPESP. Esse arranjo hoje inclui um grande número de instituições e agências de fomento do Brasil e exterior, com mais de 700 pesquisadores dedicados a coletar dados, espécimes biológicos e minerais e registros culturais, que começam a sair a campo (*página 36*).

Um objetivo de expedições científicas amazônicas é, há séculos, a produção de mapas. Propostos como representações científicas da realidade, historicamente funcionam como instrumentos políticos. Um movimento global chamado virada espacial ou cartográfica questiona sua natureza e função. Sem abrir mão da ciência, mas transcendendo sua suposta objetividade, esse modo de concepção de mapas identifica redes de relações socioespaciais, entre outros pontos (*página 76*). Um exemplo é o mapa feito pelo povo indígena Borari, com apoio técnico da Universidade Federal do Oeste do Pará, para processo de demarcação de terras, que incluiu rios, trilhas e áreas sagradas que não constavam da cartografia estatal. Além disso, há nesse movimento uma dimensão artística e simbólica, que vê os mapas como plataformas para criação de novos mundos.